

O número de Maio/Junho – um comentário

ALEXANDRE DE SOUSA PINTO

Pois é: não me sinto crítico, mas apenas comentador, mais da revista no seu conjunto do que dos artigos nela incluídos.

O formato e o grafismo são agradáveis, mesmo excelentes, a quantidade de publicidade não é excessiva e a colocação de uma parte dela em separata é uma ótima ideia: aligeira a revista sem suprimir uma parte importante da informação que é necessária a respeito dos medicamentos anunciados.

A frequência bimestral também me parece adequada à capacidade actual de produção dos clínicos gerais portugueses, o que me parece reflectir-se positivamente no agora muito curto lapso de tempo entre a aceitação e a efectiva publicação, embora um prazo de menos de um mês me faça até rezear que a redacção da Revista esteja a ficar com escassez de originais... O tempo de apreciação dos originais foi de cerca de um ano (com excepção de um caso, em que o original parece ter sido aceite na véspera de ter sido submetido...) o que certamente reflectirá mais as demoras dos autores em fazer as alterações propostas, do que a lentidão dos revisores. A Revista dá assim, agora, uma resposta adequada ao muito legítimo anseio dos autores de verem o seu trabalho publicado com a rapidez necessária para evitar a sua desactualização.

Isto quanto à forma. Só acrescentaria que me parece ser muito barata, tanto em número avulso como em assinatura, tanto mais que os sócios da

APMCG a recebem gratuitamente. A sua actual qualidade e o interesse do seu conteúdo justificaria que custasse mais do que o preço de um almoço barato!

O conteúdo parece-me extremamente bem equilibrado. Este número, de forma semelhante aos anteriores, contém dois editoriais, dois artigos de investigação original, uma revisão bibliográfica, um artigo – ou ensaio – de opinião, uma crítica da própria revista, uma carta ao Director e a respectiva resposta, e duas páginas de informação, uma sobre projectos de investigação e outra sobre informação bibliográfica. Tanto quanto me parece suficiente para alimentação científico-cultural dos Clínicos Gerais portugueses durante dois meses, se tivermos em conta que a sua vida clínica é, frequentemente, muito pesada e, na sua maioria, não terão muito mais disponibilidade para ler sobre a realidade da Clínica Geral portuguesa do que o tempo que esta Revista lhes ocupa.

Ambos os editoriais têm interesse. O primeiro refere-se à própria Revista e, para além de nos tranquilizar sobre a afluência de originais variados que nos asseguram a sua regular publicação, chama a atenção para a carta ao Director e respectiva resposta que estimulam o debate de ideias, objectivo assumido da Revista. Não que o tema seja, neste caso, particularmente excitante ou polémico, mas o certo é que o tipo de comunicação, não muito frequentado entre nós, é extremamente

importante. Bom seria que utilizássemos mais este tipo de comunicação e debate do que a crítica de corredor! Aqui as ideias são expostas e fundamentadas e é dada à outra parte ocasião de expor os pontos de vista eventualmente opostos, com a sua fundamentação, em vez da simples crítica em que é sempre fácil resvalar para a maledicência.

O segundo editorial acentua o interesse, inexcedível em Clínica Geral, da ligação entre os cuidados primários e os secundários, o que é o objecto de um excelente artigo publicado no mesmo número. Todos sabemos quanto a referência aos cuidados hospitalares é básica para uma boa prática dos cuidados primários e o excelente editorial de José António Miranda resume-o de forma breve e expressiva, ao mesmo tempo que chama a atenção para a «realidade assustadora» revelada pelo também excelente estudo de Manuel Janeiro, numa extensão do Centro de Saúde de Serpa.

Neste estudo, não só verificamos ser a relação dos cuidados primários com os secundários altamente deficiente, como ainda vemos que essa relação se deteriorou nos últimos 10 anos. Ainda que o próprio Autor acentue que se não podem extrapolar os seus resultados para toda a realidade nacional, fica-nos uma profunda inquietação sobre o que se passará no resto do País. É urgente que estudos semelhantes, com metodologia sobreponível e igual rigor sejam feitos em muitos outros Centros de Saúde, para que possamos formar uma ideia mais precisa das causas de deficiências tão badaladas do nosso SNS como seja a inequidade, o despesismo, as listas de espera, o recurso excessivo à clínica privada, ou a insatisfação dos utentes. Todos sabemos que muitos destes males se devem a profundas deficiências, para não dizer vícios, da inexistente articulação entre cuidados primários e secundários, mas seriam necessários muitos mais números

fiáveis da realidade do todo nacional para que o Ministério da Saúde compreenda que é nesta área que deve incidir com os seus esforços para limitar as derrapagens orçamentais. E os esforços nesta área corresponderiam a melhor assegurar os direitos dos utentes, enquanto que o subfinanciamento, as restrições orçamentais e as limitações do pessoal e das suas retribuições desaguarão sempre em cuidados de inferior qualidade, para além de serem absurdamente injustas para os prestadores e para os fornecedores.

De qualidade nos fala o outro estudo original deste número. Ainda que, por agora, restringindo-se à acessibilidade e aceitabilidade, os Autores fazem uma avaliação da qualidade do núcleo de diabetes do Centro de Saúde de Ermesinde. Mais do que uma moda, deveremos reconhecer que, obtida uma cobertura nacional de cuidados primários razoável em termos quantitativos, é chegada a hora de termos uma preocupação prioritária com a qualidade dos nossos cuidados. Por uma vez, o Ministério da Saúde tomou a dianteira e é bom reconhecê-lo que com o maior acerto. Mas são necessários muitos outros estudos do pormenor e, acima de tudo, deveremos reconhecer que a preocupação com a qualidade dos serviços é intensamente estimulada nos grupos em que uma ou mais das suas dimensões é submetida a escrutínio. Sendo intangíveis quase todas as dimensões da qualidade dos cuidados médicos, é em critérios aparentemente distanciados da clínica que se poderão procurar indicadores com os atributos essenciais para o seu estudo. Deveremos procurar critérios fiavelmente mensuráveis, que tenham relação com os resultados e que tenham possibilidade de ser melhorados pelo pessoal interveniente, mas na sua ausência, mesmo critérios intangíveis, como aqueles que foi possível utilizar neste estudo, têm efeitos largamente positivos na qualidade dos

cuidados e demonstram uma preocupação dos prestadores com a qualidade que forçosamente se estende aos seus processos clínicos. Indirectamente asseguram a qualidade da clínica.

A revisão bibliográfica dos factores de risco cardiovascular em crianças e adolescentes é por demais oportuna. Trata-se de um problema que anda talvez demasiado esquecido na clínica do dia-a-dia, sendo contudo riscos para os quais deveríamos andar mais alerta. Os Autores fazem uma revisão da literatura, com metodologia muito correcta e com particular atenção à literatura de origem portuguesa, mostrando a necessidade de dar maior atenção aos riscos de HTA, obesidade, dislipidémia, diabetes, tabagismo e falta de exercício físico em crianças e adolescentes, para o que recomendam estratégias tanto individuais como populacionais.

A segunda parte do interessante ensaio de Luiz Rebelo sobre o Médico de Família do futuro lê-se com tanto agra-

do como a primeira e demonstra a cultura sociológica e antropológica do Autor. É particularmente interessante a ligação bem estabelecida entre modelos de actuação do Médico de Família, os seus atributos e aptidões essenciais e a formação que se prevê necessária. Não o acompanho em todas as suas especulações, particularmente no que diz respeito ao relevo da partilha de cuidados e ao peso futuro da informática, que me parecem subestimados, mas quem se atreve a prever o futuro depois do 11 de Setembro?

Termino com uma palavra de louvor à informação sobre o Fundo de Investigação da Revista e sobre o Serviço de Documentação e Informação da APMCG. A Revista assume aqui o seu objectivo de fomento da investigação, em boa verdade uma função da qual depende a sua própria existência e continuidade como órgão de grande valor e interesse para o desenvolvimento de uma Medicina de Família de qualidade em Portugal.